

# MUNICÍPIO DE VILHENA / RO

## CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013



Advogado

TARDE

**CARGO: ADVOGADO**

Texto I para responder às questões de **01 a 10**.

**Menos Estado, mais inclusão**

A questão da participação do Estado na economia brasileira causa grandes emoções e forte polarização ideológica. O argumento mais usado para justificar o continuado aumento da participação estatal na economia é a grande desigualdade no país e a necessidade de o Estado atuar como distribuidor de renda e promotor de igualdade.

É um argumento que merece análise séria.

O governo Lula é exemplo sempre citado de aumento bem-sucedido de intervenção estatal na eliminação da desigualdade. Existiu, de fato, ampla inclusão social no período, propiciada por dois grandes fatores – o Bolsa Família e a geração de emprego. Nenhum deles dependeu necessariamente do aumento do Estado.

O Bolsa Família representa só cerca de 0,5% do PIB numa arrecadação total acima de 35%. Ele pode ser facilmente financiado com parcela pequena da arrecadação maior de impostos oriunda do crescimento econômico, sem elevar a participação estatal na economia. Já a grande geração de emprego se deveu principalmente à estabilização econômica, baseada no controle da inflação e dos gastos públicos.

A hiperinflação e as crises periódicas eram resultado direto do descontrole financeiro do Estado e de gastos excessivos, financiados em boa parte por expansão monetária.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a implantação do sistema de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, na década de 1990, modernizaram a estrutura institucional. Na década seguinte, o governo Lula promoveu a histórica estabilização da economia.

A forte contenção de gastos instituída já nos seus primeiros anos, aliada a uma política monetária austera em todo o período, com inflação controlada, redução de dívida pública e acumulação de reservas, foram fundamentais para a estabilização. A confiança e o horizonte de planejamento das famílias e das empresas aumentaram, puxando crédito, investimentos e produção, que resultaram na criação impressionante de empregos.

Foi essa geração de empregos a maior promotora da redução da desigualdade, com integração de dezenas de milhões de pessoas à classe média e encolhimento da classe E. Já o aumento do Estado, com redução das taxas de crescimento, gera menos empregos e também menos recursos excedentes aos programas sociais.

Portanto, temos que nos libertar da confusão recorrente entre uma administração pública que promove redução da desigualdade e inclusão social de uma administração estatizante que diminui a capacidade produtiva da economia e compromete esses benefícios, como mostra a experiência mundial.

(Henrique Meirelles. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/henriquemeirelles/2013/11/1366063-menos-estado-mais-inclusao.shtml>.)

**01**

**Considerando suas características semânticas e textuais, é correto afirmar que o principal objetivo do texto é**

- A) justificar a necessidade de o estado intervir diretamente na economia do país.
- B) discutir os aspectos que levaram o país a ser capaz de reduzir as desigualdades.
- C) explicar o que é necessário para que um país seja capaz de crescer socialmente.
- D) relatar as ações do governo brasileiro para erradicar a miséria e reduzir as desigualdades.
- E) estabelecer medidas que permitam concluir a superioridade do atual governo sobre o anterior.

**02**

**No título, ao estabelecer “Menos Estado, mais inclusão”, o autor sugere a**

- A) atuação discreta do governo para resolver problemas críticos.
- B) importância de minimizar as picuinhas políticas para focar em bens maiores.
- C) necessidade de reduzir as dimensões do país para construirmos um país melhor.
- D) pouca compreensão do povo acerca das ações do estado na resolução de entraves críticos.
- E) intervenção discreta do estado na economia ao buscar soluções para problemas históricos.

**03**

**No trecho “Foi essa geração de empregos a maior promotora da redução da desigualdade, com integração de dezenas de milhões de pessoas à classe média e encolhimento da classe E.” (9º§), o autor lança mão de uma figura de linguagem para construir sua proposição. Que figura é essa?**

- A) Ironia.
- B) Antítese.
- C) Metáfora.
- D) Metonímia.
- E) Eufemismo.

04

São aspectos que, de alguma forma, contribuíram, segundo o autor do texto, para a promoção da igualdade no Brasil, EXCETO:

- A) Os superávits primários e o câmbio flutuante.
- B) O aumento do Estado, com redução das taxas de crescimento.
- C) A forte contenção de gastos promovida nos primeiros anos do governo Lula.
- D) A inflação controlada, a redução de dívida pública e a acumulação de reservas.
- E) A Lei de Responsabilidade Fiscal e a implantação do sistema de metas de inflação.

05

Acerca do conteúdo do trecho *“A Lei de Responsabilidade Fiscal e a implantação do sistema de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, na década de 1990, modernizaram a estrutura institucional.”* (7º§), é correto afirmar que

- A) mostra as causas da hiperinflação e das crises periódicas, que minavam a estabilidade econômica do Brasil.
- B) alude às razões que, em si mesmas, foram capazes de promover a distribuição de renda e o crescimento econômico.
- C) sugere que as ações do governo Lula no campo da economia apenas deram continuidade às ações de governos anteriores.
- D) apresenta uma crítica velada a governos anteriores, que, mesmo com um bom aparato legal, não foi capaz de realizar mudanças necessárias.
- E) constitui uma indicação do bom trabalho de governos anteriores no campo da economia, que contribuiu para a promoção das mudanças futuras.

06

*“Portanto, temos que nos libertar da confusão recorrente entre uma administração pública que promove redução da desigualdade e inclusão social de uma administração estatizante que diminui a capacidade produtiva da economia e compromete esses benefícios, como mostra a experiência mundial.”*

O conteúdo do último parágrafo do texto se relaciona de que maneira com as ideias anteriormente apresentadas?

- A) Adiciona novas posições àquelas já exibidas.
- B) Conclui os juízos arrolados no decorrer do texto.
- C) Sugere uma alternativa de pensamento às outras posições.
- D) Expõe as causas de consequências exibidas anteriormente.
- E) Apresenta pontos que estabelecem restrições às ideias anteriores.

07

Em *“Já a grande geração de emprego se deveu principalmente à estabilização econômica, baseada no controle da inflação e dos gastos públicos.”* (5º§), a palavra destacada possui a função de

- A) indicar a ideia que antecede a ação que fora apresentada antes.
- B) suscitar o imediatismo com que tal ideia fora assumida e executada.
- C) sugerir a circunstância temporal em que a ideia anterior fora executada.
- D) introduzir uma ideia que se contrapõe à ideia exibida imediatamente antes.
- E) principiar o desenvolvimento de uma ideia de natureza idêntica da exposta antes.

08

O trecho destacado em *“A hiperinflação e as crises periódicas eram resultado direto do descontrole financeiro do Estado e de gastos excessivos, financiados em boa parte por expansão monetária.”* (6º §) identifica a

- A) razão do descontrole financeiro.
- B) causa exclusiva da hiperinflação.
- C) principal fonte dos gastos excessivos.
- D) consequência da hiperinflação e das crises.
- E) fonte dos gastos e a razão do descontrole financeiro.

09

Analise o trecho *“Foi essa geração de empregos a maior promotora da redução da desigualdade [...]”* (9º§). Assinale a alternativa que apresenta a classificação adequada da oração quanto ao seu tipo de sujeito.

- A) Sujeito oculto.
- B) Sujeito simples.
- C) Sujeito composto.
- D) Oração sem sujeito.
- E) Sujeito indeterminado.

10

Assinale a alternativa cuja alteração na pontuação NÃO acarreta alteração do sentido proposto no texto ou problemas na composição do trecho.

- A) Na década seguinte o governo Lula promoveu a histórica estabilização, da economia.
- B) Existiu de fato ampla inclusão social no período, propiciada, por dois grandes fatores, o Bolsa Família e a geração de emprego.
- C) A hiperinflação e as crises periódicas eram resultado direto do descontrole financeiro do Estado e de gastos excessivos financiados em boa parte por expansão monetária.
- D) O Bolsa Família representa só cerca de 0,5% do PIB numa arrecadação total acima de 35%; ele pode ser facilmente financiado com parcela pequena da arrecadação maior de impostos [...].
- E) A forte contenção de gastos instituída já nos seus primeiros anos, aliada a uma política monetária austera em todo o período com inflação controlada redução de dívida pública e acumulação de reservas foram fundamentais para a estabilização.

11

Leia o texto a seguir.

### O chapéu panamá

Apesar do nome, esse chapéu não é fabricado no Panamá, e sim mais \_\_\_\_ sul, no Equador, numa cidade do interior do país chamada Montecristi.

Produzido com palha da planta *Cardulovica palmata*, é tecido em trama fechada. Recebeu esse nome porque o então presidente dos EUA *Theodore Roosevelt*, durante \_\_\_\_ visita \_\_\_\_ obras do canal do Panamá, em 1906, aderindo \_\_\_\_ hábitos dos trabalhadores locais, que o usavam para proteger-se e aliviar-se do calor e evitar \_\_\_\_ umidade, apareceu nos jornais americanos usando o tal chapéu. Virou moda na cabeça de personalidades como *Winston Churchill*, *Harry Truman* e os nossos Santos Dumont, Getúlio Vargas e Tom Jobim. [...]

(Márcio Cotrim. Disponível em: <http://revistalingua.uol.com.br/textos/96/o-chapeu-panama-298645-1.asp>. Adaptado.)

Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente o texto anterior.

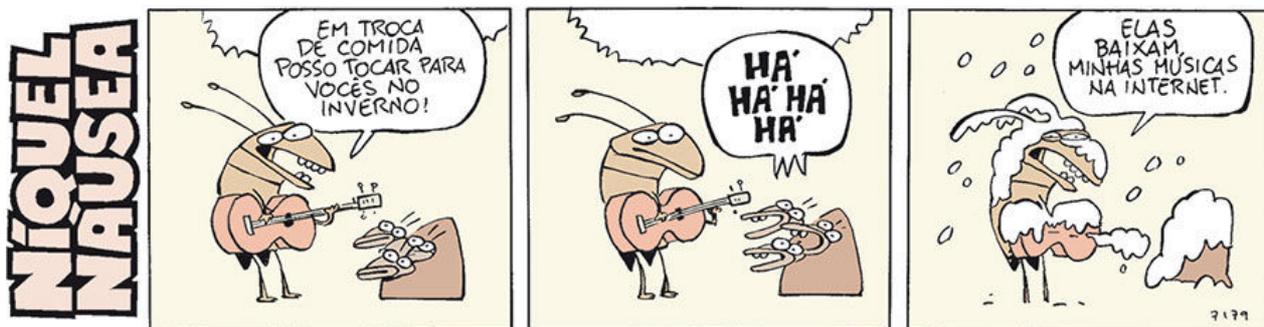
- A) a / a / as / a / a
- B) à / à / as / à / à
- C) à / a / às / a / à
- D) a / a / às / a / a
- E) a / à / as / à / a

12

Em “O chapéu panamá” o trecho “Produzido com palha da planta *Cardulovica palmata*, é tecido em trama fechada.”, classifica-se como

- A) aposto explicativo.
- B) oração coordenada assindética.
- C) oração subordinada adverbial causal.
- D) oração subordinada adjetiva explicativa.
- E) oração subordinada substantiva subjetiva.

Texto II para responder às questões de 13 a 15.



(Fernando Gonsales. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/cartum/cartunsdiarios/#3/11/2013>.)

13

Tiras são textos que se valem de linguagem verbal e não verbal para construir, de maneira sintética, uma situação que cause humor, reflexão ou crítica. Em vista disso, assinale a alternativa cujo conteúdo apresenta a temática central da tira de Fernando Gonsales.

- A) Falta de apoio aos artistas.
- B) Inópia cultural nos dias atuais.
- C) Pobreza nas relações interpessoais.
- D) Direitos autorais no mundo moderno.
- E) Egoísmo na sociedade contemporânea.

14

Assinale a alternativa cujo recurso constitui a base do entendimento do texto II.

- A) Citação.                      B) Paródia.                      C) Epígrafe.                      D) Tradução.                      E) Paráfrase.

15

Analise sintaticamente o período “*Em troca de comida posso tocar para vocês no inverno!*” e analise as afirmativas a seguir.

- I. “*comida*” atua como sujeito.  
II. “*no inverno*” funciona como adjunto adverbial.  
III. “*para vocês*” é objeto indireto da perífrase verbal “*poder tocar*”.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- A) I, II e III.                      B) I, apenas.                      C) II, apenas.                      D) I e II, apenas.                      E) II e III, apenas.

### INFORMÁTICA

16

Um determinado usuário instalou o programa *Winamp* em seu computador, mas não se adaptou à utilização do aplicativo. O procedimento para remover corretamente tal aplicativo do computador é clicar em Iniciar, Painel de Controle e clicar duas vezes em

- A) Sistema e, na caixa Remover programas, clicar em Desinstalar.  
B) Adicionar *Hardware* e, na caixa programas instalados, clicar em Remover.  
C) Adicionar *Hardware* e, na caixa programas instalados, clicar em Desinstalar.  
D) Adicionar ou Remover programas e, na caixa programas instalados, clicar em Remover.  
E) Adicionar ou Remover programas e, na caixa programas instalados, clicar em Desinstalar.

17

Considere o texto produzido com a ferramenta *Microsoft Word 2007* (configuração padrão).

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas↵  
De um povo heróico o brado retumbante,↵  
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos,↵  
Brilhou no céu da pátria nesse instante.¶  
¶  
Se o penhor dessa igualdade↵  
Conseguimos conquistar com braço forte,↵  
Em teu seio, ó liberdade,↵  
Desafia o nosso peito a própria morte!¶  
¶

O procedimento para ocultar as marcas de formatação, evitando que o texto apresente estes símbolos ao fim das linhas é clicar na guia

- A) Revisão, no grupo Parágrafo, Ocultar Símbolos.  
B) Página Inicial, no grupo Parágrafo, clicar em Mostrar/Ocultar.  
C) Página Inicial, no grupo Fonte, clicar em ocultar marcas de formatação.  
D) *Layout* da Página, no grupo Parágrafo, clicar em ocultar marcas de formatação.  
E) *Layout* da Página, no grupo Formatação de Parágrafo, clicar em Mostrar/Ocultar.

18

Ao digitar um texto na ferramenta *Microsoft Word 2007* (configuração padrão), caso uma palavra seja muito grande para se ajustar ao final da linha, ela é movida automaticamente para o início da próxima linha. Selecionando determinado trecho desse documento, o procedimento para aplicar o recurso de hifenização dessa área é na guia

- A) *Layout* de Página, no grupo Parágrafo, clicar em Hifenização e em Automática.  
B) Inserir, no grupo Opções, clicar em Controles de Hifenização e em Automática.  
C) Início, no grupo Formatação, clicar em Hifenização e em Definir como Automática.  
D) Inserir, no grupo Formatação, clicar em Controles de Hifenização e em Automática.  
E) *Layout* de Página, no grupo Configurar Página, clicar em Hifenização e em Automática.

19

Na ferramenta *Microsoft Excel 2007* (configuração padrão), o recurso de congelar painéis é utilizado para

- A) selecionar linhas ou colunas específicas que permanecem com o mesmo valor.
- B) selecionar linhas ou colunas específicas para ser aplicada a mesma formatação.
- C) selecionar linhas ou colunas específicas que permanecem com o mesmo tamanho.
- D) selecionar linhas ou colunas específicas que permanecem visíveis durante a rolagem da planilha.
- E) aplicar uma formatação específica caso a condição proposta no argumento da função seja satisfatória.

20

Sobre as funções da ferramenta *Microsoft Excel 2007* (configuração padrão), analise.

- I. SOMA e CONCATENAR são funções da categoria Texto.
- II. A função ARRED arredonda um número até uma quantia especificada de dígitos.
- III. A função SE possui dois argumentos: a condição e o valor de Falso.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e II.
- E) II e III.

### HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

21

As empresas responsáveis pela construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, subestimaram o custo que teriam com a parte social e ambiental dos projetos e terão de desembolsar o dobro do que previam. As despesas envolvem, por exemplo, a remoção de famílias ribeirinhas das áreas afetadas e sua realocação em outras regiões, além da retirada de animais das terras que serão inundadas. O consórcio que arrematou Jirau calculou um gasto de R\$ 600 milhões com essas obrigações, custo que deve fechar em R\$ 1,3 bilhão. Em Santo Antônio, o valor era R\$ 970 milhões. A nova projeção está em R\$ 2 bilhões.

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/132533-custo-ambiental-e-social-dobra-em-usinas-do-madeira.shtml>. Acesso em: 10/11/2013.)

Assinale as causas principais para elevação do custo da obra citada pela reportagem.

- A) A resistência por parte da população civil diante das construções seguindo um alto índice de desemprego gerado no comércio.
- B) A fragilidade dos levantamentos prévios que acompanhavam o edital das obras e a imprecisão das avaliações posteriores, das próprias empresas.
- C) A ausência de levantamentos técnicos e ambientais da construção das usinas e a falta de um planejamento por parte da empresa que irá gerir o empreendimento.
- D) A fragilidade da economia brasileira que passa por um momento delicado de estagnação e, conseqüentemente, o não planejamento para o gasto desse porte de obra.
- E) A vulnerabilidade da região onde está sendo construída as duas usinas hidrelétricas, já que nessa área há uma grande carência hídrica, demanda esforços e gastos exorbitantes com desvios de grandes rios para região do empreendimento.

22

Analise as afirmativas sobre os aspectos geográficos do estado de Rondônia.

- I. O ponto mais elevado do estado é a Serra dos Pacaás, com mais de 1.000 metros de altitude.
- II. A vegetação predominante é a floresta fluvial amazônica.
- III. Os principais rios, além do Madeira, são: Ji-Paraná, Guaporé e Mamoré.
- IV. O índice de precipitação é elevado, sobretudo entre os meses de dezembro a maio.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) III e IV, apenas.

23

Localizado na parte oeste da região Norte, o estado de Rondônia encontra-se em área abrangida pela Amazônia Ocidental. A maior parte do território de Rondônia encontra-se incluída no Planalto Sul-Amazônico, uma das parcelas do Planalto Central Brasileiro. Fazem limites com Rondônia, EXCETO:

- A) Acre.
- B) Pará.
- C) Amazonas.
- D) Mato Grosso.
- E) República da Bolívia.

24

De acordo com as crônicas históricas, bandeirantes originários de São Vicente e procedentes de Cuiabá teriam feito algumas incursões pelo atual território de Rondônia, ainda no século XVI. Grupos de missionários portugueses teriam igualmente adentrado a região por essa mesma época. Contudo, a ocupação colonial de Rondônia se inicia somente nas primeiras décadas do século XVII, com incursão de militares portugueses oficialmente destacados para aquele território com a missão de explorar a região amazônica. A causa diretora desse repentino interesse da Coroa pela região foi a/o(s)

- A) descoberta de ouro em Mato Grosso.
- B) ciclo da borracha nos estados da Amazônia e Acre.
- C) extrativismo do pau-brasil através da criação de feitorias.
- D) expedições que visavam aprisionar índios ou buscar as drogas do sertão.
- E) criação de rebanhos bovinos – de leite e de corte – voltados para o abastecimento do mercado regional.

25

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída no período de 1907 a 1912, interligando Porto Velho a Guajará-Mirim, estado de Rondônia. Diante do exposto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) A ideia da obra era servir para o escoamento da borracha produzida na região. Como o rio Madeira tem muitas cachoeiras nesse trecho de Rondônia, a ferrovia levaria a borracha até um ponto em que os barcos pudessem navegar.
- ( ) Milhares de trabalhadores morreram durante a construção, não somente por acidentes de trabalho, mas vítimas de doenças tropicais.
- ( ) Logo após a inauguração, a ferrovia entra em decadência devido à ampliação do sistema rodoviário no Brasil, em especial pela construção da BR-364.

A sequência está correta em

- A) F, F, F
- B) V, V, F
- C) V, F, F
- D) V, F, V
- E) V, V, V

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26

Serafina, na defesa de seus direitos, procura uma repartição pública e solicita uma certidão sobre dados pessoais, a qual lhe foi negada sem qualquer fundamento, embora fizesse jus à sua obtenção. Em seguida, Washington procurou a referida repartição, buscando, por outro lado, acesso a informações de interesse coletivo, geral, também não obtendo êxito em seu pleito. Com por base no exposto, e valendo-se das disposições acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) Serafina poderá se valer do mandado de segurança para obter a certidão de seu interesse.
- B) Washington poderá impetrar *habeas data* para acessar as informações que buscava na mencionada repartição.
- C) Washington poderá impetrar mandado de injunção para acessar as informações que buscava na mencionada repartição.
- D) Serafina poderá se valer do *habeas data*, remédio constitucional gratuito, para obter a certidão com os dados relativos à sua pessoa.
- E) Tanto Serafina quanto Washington poderão se valer do *habeas data* para obter os respectivos pleitos, independentemente da constituição de advogado.

27

O decreto expedido pelo chefe do Poder Executivo geralmente está subordinado à existência de lei. Todavia, excepcionalmente, prevê-se a edição de decretos que buscam fundamentos de validade diretamente na Constituição Federal. A doutrina os denomina decretos autônomos. Sobre os casos de decretos autônomos, assinale a alternativa correta.

- A) Criação de cargos ou empregos públicos.
- B) Extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos.
- C) Organização e funcionamento da administração federal, através da criação e extinção de órgãos públicos.
- D) Autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- E) Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.

28

Ao Supremo Tribunal Federal compete a guarda e a interpretação da Constituição. Como instrumento ao exercício desse mister, a CRFB/88 possibilita a determinados legitimados o ajuizamento de ações específicas ao controle da higidez constitucional, mais conhecida como ações de controle de constitucionalidade. Neste contexto, podem propor Ação Direita de Inconstitucionalidade, EXCETO:

- A) Procurador-Geral da República.
- B) Defensor Público-Geral da União.
- C) Partido político com representação no Congresso Nacional.
- D) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- E) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

29

Niño, angolano, encantado com as belezas naturais do Rio de Janeiro, decide mudar-se para o Brasil, fazendo do país sua nova nação. Ocorre que, passados vários anos, oportunidade em que já havia adquirido a nacionalidade brasileira, Niño se envolve com traficantes de uma conhecida favela carioca e acaba condenado, dentre outros, pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343/06). Avaliando o caso apresentado, é correto afirmar que a

- A) Constituição Federal proíbe expressamente a diferenciação de brasileiros natos ou naturalizados, razão pela qual Niño não poderá ser extraditado, independente do crime cometido.
- B) extradição não é possível no caso em tela, vez que o texto constitucional condiciona tal possibilidade à ocorrência de crimes praticados antes da naturalização, seja qual for a natureza da infração delituosa.
- C) extradição não é possível, vez que, embora tenha praticado conduta equiparada aos crimes hediondos, o delito ocorreu após a naturalização, ou seja, oportunidade em que já gozava do *status* de nacional.
- D) extradição é possível, na forma da lei, na medida em que a Constituição Federal prevê tal possibilidade para os casos de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, ocorridos antes ou depois da naturalização.
- E) extradição é perfeitamente cabível ao caso, vez que, embora já fosse brasileiro quando da prática do delito, a Constituição Federal possibilita a extradição nos casos de prática de crimes dolosos contra a vida e que envolvam tráfico ilícito de entorpecentes.

30

A CRFB/88 é classificada pela doutrina, quanto à sua possibilidade de alteração, como rígida, pois possui um procedimento mais rigoroso para a sua reforma, possuindo, ademais, um estrito rol de legitimados para a propositura de emendas constitucionais, dos quais se incluem:

- I. o Procurador-Geral da República;
- II. um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados;
- III. a Mesa do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;
- IV. o Presidente da República;
- V. mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.

Estão corretas apenas as alternativas

- A) I e II.
- B) II e V.
- C) II e IV.
- D) IV e V.
- E) I, III e V.

31

João, maior e capaz, possuía um terreno no município X, que sempre interessou a Joaquim, seu concorrente no ramo comercial. Ocorre que Joaquim já havia proposto a compra de referido imóvel por inúmeras vezes a João. Todavia, este se mostrava contrário a tal alienação, tendo em vista que referido bem se encontrava em sua família há diversas gerações. Joaquim, descobrindo que João mantinha relações extraconjugais, ameaçou tornar público o fato caso João não celebrasse o contrato de compra e venda nas condições exigidas por ele. Considerando as regras do Código Civil, é correto afirmar que o negócio jurídico é

- A) nulo, com prazo decadencial de quatro anos.
- B) anulável, com prazo decadencial de dois anos.
- C) anulável, com prazo prescricional de dois anos.
- D) anulável, com prazo decadencial de quatro anos.
- E) inexistente, por ausência de livre manifestação de vontade.

**32**

Tomando por base a Lei nº 8.666/93, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, com a adoção da modalidade licitatória denominada

- A) concorrência. D) tomada de preços ou leilão.  
B) tomada de preços. E) concorrência ou tomada de preços.  
C) leilão ou concorrência.

**33**

Anúbis, prefeito municipal de Alexandria, decide exonerar Ísis, servidora ocupante de cargo em comissão, fundamentando o ato exoneratório na necessidade de redução de despesas com folha de pagamento. Ocorre que, uma semana depois, Ísis descobre que Osiris fora nomeado para o mesmo cargo e já se encontrava desempenhando as mesmas funções que exercias, inclusive com a percepção dos mesmos rendimentos. Acerca do aludido ato exoneratório, é correto afirmar que

- A) possui como elementos a competência, forma, finalidade, motivação e objeto, estando sua discricionariedade nestes dois últimos.  
B) só poderia haver revisão pelo Poder Judiciário no caso de prévio concurso público, necessário à investidura do cargo, situação em que haveria direito subjetivo à reintegração do servidor.  
C) embora caiba nos cargos em comissão a exoneração *ad nutum*, o administrador motivou o ato, ficando vinculando às razões de fato e de direito que o levaram à sua prática, por força da teoria dos motivos determinantes.  
D) os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, não se aplicando na hipótese narrada a teoria dos motivos determinantes. É caso de mérito administrativo, cabendo ao administrador a análise da conveniência e oportunidade de sua prática.  
E) por ser ato discricionário, o administrador tem liberdade na análise de conveniência e oportunidade em sua prática. O judiciário não poderá ser provocado para apreciação de tal ato, consistindo em exceção ao princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional.

**34**

Determinado município autorizou a criação, através de lei ordinária específica, de uma empresa pública para exploração da atividade econômica, promovendo a inscrição de seus atos constitutivos no registro de pessoas jurídicas. Sobre esta pessoa jurídica, é correto afirmar que

- A) caso seja demandada judicialmente, competirá à justiça federal processar e julgar a causa, por expressa determinação da CRFB.  
B) a lei autorizativa de sua criação é inválida, pois a criação de empresa pública municipal prescinde de lei complementar autorizativa.  
C) com a adoção do regime jurídico único por parte do município, em razão da aludida empresa pertencer à administração indireta de tal ente federativo, todos os servidores deverão ser estatutários.  
D) quanto à sua forma de organização, o ordenamento jurídico brasileiro permite que tenha qualquer forma empresarial admitida em direito, podendo ser uma sociedade comercial ou até mesmo civil.  
E) responderá objetivamente por todos os danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, aplicando-se a teoria do risco administrativo, assegurando-se o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

**35**

A recuperação judicial, a extrajudicial e a falência sofreram nova regulamentação com o advento da Lei nº 11.111/2005. Considerando as disposições do referido diploma normativo, analise.

- I. No tocante aos bens do falido, a guarda e a conservação dos bens arrecadados é da responsabilidade do administrador judicial (art. 108, §1º), não podendo o falido ser nomeado depositário.  
II. O falido terá suspenso o seu direito constitucional de sigilo à correspondência, quanto aos assuntos pertinentes ao seu negócio.  
III. Estão sujeitos à Lei nº 11.111/2005 (Lei de Falências) o empresário individual, a sociedade empresária e a empresa pública.

Está(ão) corretas(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- A) I. B) II. C) III. D) I e II. E) II e III.

36

**O município de Pontal d'Areia, após o devido procedimento licitatório, realiza contrato de concessão comum com a empresa Acme Corporation para a prestação de serviços públicos. Acerca de tal contrato, é correto afirmar que**

- A) através desta concessão de serviço público, o município delega a execução e a titularidade do serviço público para a concessionária.
- B) não se caracterizará como descontinuidade do serviço público a sua interrupção em situações de emergência e, ainda, por razões de ordem técnica, não sendo necessário prévio aviso nestes casos.
- C) a concessão de serviços públicos submete-se à modalidade licitatória específica, prevista na Lei Sobre Serviços Públicos (Lei nº 8.987/95), não se aplicando as regras da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93).
- D) caso a concessionária perca as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a adequada prestação do serviço concedido, poderá ocorrer a extinção da concessão por caducidade, não sendo caso de anulação do contrato.
- E) poderá ser extinto por meio de rescisão, que é a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

37

**Manoel e Sebastião, agricultores e pecuaristas, comprometeram-se a entregar cinco touros para Artur em 25/05/2013, mediante pagamento à vista, em razão da proximidade de realização de um rodeio organizado por este, previsto para 01/06/2013, no qual os animais seriam utilizados. Ocorre que em 15/05/2013, sem que houvesse a concentração, todos os touros da fazenda de Manoel e Sebastião pereceram em razão de um desastre natural, do qual estes não tiveram culpa. Neste caso, é correto afirmar que**

- A) resolve-se a obrigação sem perdas e danos, por se tratar de obrigação de dar coisa certa, cujo objeto pereceu sem culpa Manoel e Sebastião.
- B) por se tratar de obrigação pendente de condição resolutiva, qual seja, o pagamento à vista, e não havendo culpa das partes, resolve-se a obrigação sem perdas e danos.
- C) não subsiste a obrigação de Manoel e Sebastião, pois esta apenas existiria caso tivesse ocorrido a concentração, hipótese em que se trataria de obrigação de dar coisa certa.
- D) subsiste a obrigação de Manoel e Sebastião, pois, tratando-se de obrigação de dar coisa certa, a coisa se perca para os donos, tendo em vista que não houve a tradição do objeto.
- E) subsiste a obrigação de Manoel e Sebastião, pois, mesmo diante de caso fortuito ou força maior, por se tratar de obrigação de dar coisa incerta, não é possível, no caso, a alegação de perecimento do objeto.

38

**Antonela e Astrogildo, em união estável, adquiriram um imóvel em perímetro urbano, de 200 m<sup>2</sup>, no valor de 50 mil reais, para moradia de sua família, em julho de 2005. Ocorre que, em agosto de 2011, Antonela fugiu com um trapezista de circo, abandonando o marido e os filhos, exercendo Astrogildo, a partir de então, a posse direta do bem, de maneira ininterrupta e exclusiva, sem qualquer oposição. Porém, em outubro de 2013, a ex-companheira retorna exigindo o valor correspondente à sua parte no bem, oportunidade em que Astrogildo opôs a existência de usucapião, já que não é proprietário de outro imóvel. Acerca dos fatos, assinale a alternativa correta.**

- A) Não merece razão a alegação de Astrogildo, pois o prazo mínimo para a aquisição de imóvel urbano por usucapião, previsto constitucionalmente, é de cinco anos ininterruptos.
- B) Não merece razão a alegação de Astrogildo, vez que para a aquisição integral da propriedade do referido imóvel, o Código Civil exige, nessas condições, o lapso temporal de dez anos.
- C) Astrogildo preencheu todos os requisitos necessários para a aquisição da propriedade integral por usucapião, conforme as novas disposições legais sobre o tema trazidas pelo Código Civil.
- D) Não merece razão a alegação de Astrogildo, pois o Código Civil não admite a ocorrência de usucapião em face de ascendentes, descendentes, irmãos, cônjuge ou companheiro, nestes dois últimos casos, ainda que cessada a convivência conjugal.
- E) Astrogildo faz jus à aquisição do bem por usucapião, vez que o Código Civil o autoriza, no caso de abandono do lar pelo outro cônjuge ou companheiro, e havendo posse direta, ininterrupta e sem oposição por mais de um ano. Porém, deverá demonstrar que Antonela não possui outro imóvel em seu nome.

39

**Sabe-se que o trânsito em julgado torna a sentença imutável e irrecorrível, entretanto, o ordenamento processual civil possibilita o ajuizamento de ação rescisória nos casos em que o vício, por sua gravidade, transcenda a formação da coisa julgada. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) O terceiro que não possui interesse jurídico na causa não possui legitimidade para o ajuizamento da ação rescisória.
- B) Cabe ação rescisória contra sentença transitada em julgado que, contrariando expressa disposição legal, extingue o processo sem resolução do mérito.
- C) Para fins de verificação do cabimento da ação, considera-se erro quando a sentença admitir um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.
- D) Os atos judiciais, que não dependem de sentença, ou em que esta for meramente homologatória, podem ser rescindidos, como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.
- E) Considera-se, também, terceiro juridicamente interessado, para fins de ação rescisória, aquele que esteve ausente no processo principal, embora dele devesse ter participado na condição de litisconsorte necessário.

40

**O Código de Processo Civil destina livro específico aos processos cautelares, dada a sua importância como forma de instrumentalização da tutela. Acerca do tema, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz instauração de processos cautelares incidentais sem a audiência das partes.
- B) Embora, em regra, tenha o caráter assecuratório, há hipóteses em que a ação ajuizada pelo procedimento cautelar tem por objetivo a obtenção de medida de cunho satisfativo.
- C) Embora exista um rol de procedimentos cautelares específicos, o juiz não está adstrito às medidas cautelares típicas, podendo conceder outras medidas atípicas com fundamento no Poder Geral de Cautela.
- D) Não sendo o caso de se conceder uma espécie determinada de medida cautelar, pode o juiz aplicar o princípio da fungibilidade e adaptar o pedido do autor, concedendo-lhe a medida que julgar conveniente para o caso.
- E) É lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz, caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

41

**Competência é a parcela, quantidade ou medida de Poder. A doutrina fala em competência legislativa, administrativa e jurisdicional. Quanto à competência jurisdicional e suas regras, assinale a afirmativa correta, de acordo com as regras do Código de Processo Civil.**

- A) Dá-se a continência no caso de duas ou mais ações possuírem em comum o objeto ou a causa de pedir.
- B) O oferecimento de exceção de incompetência pela parte no processo não a impede de suscitar o conflito de competência.
- C) A incompetência absoluta deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, mas a parte que lhe deu causa não poderá alegá-la.
- D) Verifica-se a conexão entre duas ou mais ações sempre que há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o objeto de uma, por ser mais amplo, abrange o das outras.
- E) Se o conhecimento da lide depender necessariamente da verificação da existência de fato delituoso, pode o juiz mandar sobrestar no andamento do processo até que se pronuncie a justiça criminal.

42

**Acerca das normas contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), disciplinadoras das nulidades no âmbito do processo do trabalho, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) O juiz ou Tribunal que pronunciar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.
- B) A nulidade do ato não prejudicará senão os posteriores que dele dependam ou sejam consequência.
- C) Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
- D) Assim como no processo civil, no processo do trabalho a nulidade será pronunciada mesmo quando arguida por quem lhe tiver dado causa, já que não há convalidação de ato nulo.
- E) As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argui-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos, ressalvados os casos previstos na CLT.

**43**

**A Constituição delimita regras específicas acerca da competência tributária dos entes federativos. Sobre o tema, é correto afirmar que compete**

- A) aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre produtos industrializados.
- B) aos Municípios instituir impostos sobre propriedade territorial rural na circunscrição municipal.
- C) à União instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- D) aos Municípios instituir impostos sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- E) aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

**44**

**A relação entre o Estado e as pessoas sujeitas à tributação não é relação simplesmente de poder, mas uma relação jurídica. Essa relação constitui objeto essencial do Direito Tributário, que é de natureza obrigacional. Acerca das obrigações tributárias, assinale a afirmativa correta.**

- A) O objeto da obrigação acessória pode ser patrimonial ou não patrimonial.
- B) No que diz respeito à fonte de que surgem, as obrigações tributárias podem ser legais, contratuais ou decorrentes de ato ilícito.
- C) O fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou abstenção de ato que não configure a obrigação principal.
- D) A ocorrência do fato gerador faz surgir a obrigação tributária, que é principal ou acessória, sendo que aquela tem por objeto o pagamento do tributo e esta, o cumprimento da penalidade pecuniária.
- E) Não se verifica a capacidade tributária passiva se a pessoa natural não estiver sujeita às medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios.

**45**

**Sabe-se que o Estado não pode exigir o pagamento do tributo em face da obrigação tributária, sendo necessária a constituição do crédito através de um lançamento, para, só então, ser exigível o pagamento. Acerca do crédito tributário, assinale a alternativa correta.**

- A) Extinguem o crédito tributário, a isenção e a anistia.
- B) Tanto o lançamento de ofício, quanto o lançamento por declaração e, ainda, o lançamento por homologação podem ser revistos.
- C) Excluído o crédito tributário da obrigação principal fica dispensado o cumprimento das obrigações acessórias dela dependentes.
- D) O lançamento por declaração é feito quanto aos tributos, cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa no que concerne à sua determinação.
- E) O lançamento por homologação é feito em face de declaração fornecida pelo contribuinte ou por terceiro, quando um ou outro presta à autoridade administrativa informações quanto à matéria de fato indispensável à sua efetivação.

**46**

**Sabe-se que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social (art. 194, da CRFB). Assinale a alternativa que indique corretamente um dos princípios/objetivos da seguridade social.**

- A) Princípio da solidariedade.
- B) Princípio da seletividade da cobertura e do atendimento.
- C) Princípio de exclusividade estatal da base de financiamento.
- D) Princípio da uniformidade e equivalência na prestação dos benefícios e serviços.
- E) Princípio da distributividade e universalidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

47

**João, empregado regular de uma fábrica de biscoitos, envolveu-se em um acidente de trabalho no dia 07/03/12. Afastado das atividades laborais habituais para recuperação, passou a receber auxílio-doença acidentário. Para que a produção de biscoitos não restasse prejudicada, no dia 01/04/12 o empregador contratou novo funcionário e dispensou João imotivadamente. Avaliando o caso apresentado, é correto afirmar que a dispesa é**

- A) legal, pois no caso verifica-se a suspensão do contrato de trabalho e não a interrupção, sendo certo que esta apenas inviabiliza a extinção do contrato de trabalho.
- B) ilegal, pois a partir do décimo quinto dia de afastamento tem início a suspensão do contrato de trabalho, inviabilizando a extinção do contrato de trabalho e, por consequência, a dispensa imotivada.
- C) ilegal, eis que, a partir do décimo quinto dia de afastamento, teve início a interrupção do contrato de trabalho, o qual resulta na percepção de auxílio-doença acidentário pelo trabalhador e impossibilidade de dispensa arbitrária pelo empregador.
- D) legal, pois a suspensão do contrato de trabalho, caracterizada pela cessação total dos efeitos do contrato de trabalho, faz desaparecer o vínculo entre empregado e empregador, ao mesmo tempo que faz nascer a relação entre a Previdência e o beneficiário.
- E) legal, pois no caso de acidente de trabalho, após o décimo quinto dia de afastamento, o empregado terá direito ao benefício previdenciário, sendo facultado ao empregador a dispensa imotivada do empregado, assegurado o direito de retorno deste durante o prazo improrrogável de seis meses.

48

**Arlindo, na reforma de sua fazenda, aproveitando-se das facilidades de seu cargo, utilizou máquinas, equipamentos e materiais de propriedade do município de Sucupira, no qual atua como Fiscal de Obras, valendo-se, ainda, do trabalho de servidores públicos do mencionado ente federativo. Em relação ao caso apresentado, com base na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a afirmativa correta.**

- A) A administração municipal deverá comunicar o fato ao Ministério Público, o qual competirá privativamente promover a ação de improbidade administrativa.
- B) Caso seja processado judicialmente por ato de improbidade administrativa, poderá, em audiência de conciliação, transacionar, para ter sua pena atenuada.
- C) Arlindo poderá ser condenado às sanções civis, administrativas e penais previstas na Lei nº 8.429/1992, que poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, na ação de improbidade administrativa.
- D) Em caso de condenação, Arlindo estará sujeito à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial, ressarcimento integral do dano, dentre outras sanções.
- E) Se condenado, Arlindo estará sujeito à suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública, à indisponibilidade dos bens e ao ressarcimento ao erário. Porém, caso tivesse praticado apenas conduta culposa, a mesma não poderia se enquadrar em ato de improbidade.

49

**De acordo com a Lei Orgânica do município de Vilhena/RO, que dispõe sobre os servidores públicos, é INCORRETO afirmar que**

- A) o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto na Constituição Federal.
- B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- C) o sistema de progressão levará em conta os critérios de merecimento e antiguidade, exceto quanto à referência final, cujo acesso será por merecimento.
- D) é vedada a dispensa do servidor público sindicalizado ocupante de cargo de direção ou representação sindical, do dia em que foi eleito até um ano após o término do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- E) as funções de confiança são exercidas, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão devem ser preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.

**50**

**A administração pública municipal é composta por vários órgãos, cargos e funções com competências, deveres e vedações delineados pela Lei Orgânica Municipal. Acerca do assunto, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, aprovar o Plano Diretor.
- B) Compete à Mesa da Câmara propor projeto de lei para criar ou extinguir cargos de seus serviços e fixação da respectiva remuneração.
- C) Compete ao Prefeito a administração de bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços e atividades desta.
- D) Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, por algum impedimento, assumirá o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.
- E) É lícito ao Prefeito, em todo o caso, desde a posse, firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público ou privado, autarquias, das quais participe como acionista ou quotista.

## INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha, corretivo. Especificamente, não é permitido que o candidato ingresse na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipad*, *ipod*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, calculadora, câmera fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos e nem fumar.
4. A duração da prova é de 03 (três) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento do Cartão de Respostas (Gabarito).
5. Somente em caso de urgência pedir ao fiscal para ir ao sanitário, devendo no percurso permanecer absolutamente calado, podendo antes e depois da entrada sofrer revista através de detector de metais. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá utilizar o sanitário. Caso ocorra uma emergência, o fiscal deverá ser comunicado.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, médio e médio técnico, 40 (quarenta) questões para os cargos de nível fundamental e de 30 (trinta) questões para os cargos de nível fundamental incompleto. Leia-o atentamente.
7. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 05 (cinco) alternativas (A a E) e uma única resposta correta.**
8. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foi fornecido estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas, sendo permitida essa conduta apenas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação das provas, deverá assinar um termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

## RESULTADOS E RECURSOS

- As provas aplicadas, assim como os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no *site* **[www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br)**, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **02 (dois) dias úteis**, a partir do dia subsequente à divulgação, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no *site* **[www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br)**.
- A interposição de recursos poderá ser feita **via Internet**, através do **Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos**, com acesso pelo candidato ao fornecer dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao **IDECAN**, conforme disposições contidas no *site* **[www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br)**, no *link* correspondente ao Concurso Público.